

# **LEI N º 928**

## ***Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.***

**AILTON LAUDELINO ANDRADE**, Prefeito Municipal de Angelina/ SC, faço saber aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Angelina/SC, será feito com absoluta prioridade, através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que delas necessitarem, será prestada assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório de ausência ou da insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia concordância do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - Fica criado pela municipalidade, o serviço da identificação e

localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 5º - O Município proporcionará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º e 5º desta Lei.

## TÍTULO II

### DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 7º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida, ainda, através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO II

##### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

##### DA NATUREZA DO CONSELHO

Art. 8º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — COMDICA, como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador, em todos os níveis, das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204 e 227, parágrafo 7º da Constituição

Federal e do art. 88, II da Lei Federal n.º 8.069, de 13/07/90.

Parágrafo único - Os atos normativos ou decisórios emanados do COMDICA, serão formalizados sob a denominação da Resolução.

## SEÇÃO II

### DAS FUNÇÕES DO CONSELHO

Art. 9º - São funções do COMDICA:

I - Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando as prioridades para as ações de atendimento e para a aplicação de recursos do FIA;

II - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do FIA;

III - Zelar para a execução dessa política, atendidas peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa alertar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se executa no Município, que possa afetar as suas deliberações;

VI - Receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VII - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, que mantenham programas de:

a) Orientação e apoio sócio-familiar;

aberto;

- b) Apoio sócio-educativo em meio
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;
- e) Liberdade assistida;
- f) Semi - liberdade;
- g) Internação, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IX - Regulamentar, orientar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar do Município;

X - Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o cargo por perda de mandato, nas hipóteses de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XI - Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação de dois terços (2/3) do total de seus membros;

XII - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição.

### SEÇÃO III

#### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado para efeito de apoio político-administrativo ao Gabinete do Prefeito, é composto de 06 membros, sendo:

I - 03 titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal:

- a) Secretaria de Saúde;
- b) Secretaria da Educação,  
Desporto e Cultura;
- c) Secretaria da Agricultura.

II - 03 titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas seguintes organizações representativas das entidades não governamentais e nomeados pelo Prefeito Municipal:

- a) Associação de Pais e Professores;
- b) APAE;
- c) Pastoral da Saúde.

Art. 11 - O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Parágrafo 1º - A limitação quanto à recondução não se aplica aos Conselheiros que exercem cargos de confiança junto ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 2º - Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros, substituí-los-ão aos seus suplentes.

#### SEÇÃO IV

##### DA PERDA, DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 12 - O Conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a duas (2) reuniões consecutivas ou a quatro (4) alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples de seus pares, perderá seu mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

Parágrafo 1º - Perdendo o mandato um Conselheiro, representante de órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 2º - No caso de perda de mandato de Conselheiro não governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

Parágrafo 3º - Executada a posse inicial, dos primeiros Conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de Conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art. 13 - Aplicam-se aos integrantes do COMDICA os mesmos impedimentos previstos nesta Lei para os membros do Conselho Tutelar.

Art. 14 - A apresentação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA**

##### **SEÇÃO I**

##### **DA CRIAÇÃO, NATUREZA E RECURSOS DO FIA**

Art. 15 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, como capitador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual está vinculado.

Art. 16 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - Doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;

II - Dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais;

IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - Produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - Receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII - Receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenha destinação específica;

VIII - Outros recursos que lhe forem destinados.

## **SEÇÃO II**

### **DA SEÇÃO DA FIA**

Art. 17 Cabe ao gestor do FIA.

I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes, pelo Estado ou pela União;

II - Registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doações ao Fundo;

III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho de Direitos;

IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos;

V - Praticar todos os demais atos necessários a eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 18 - Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA, na esfera da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único - O Presidente do COMDICA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos seus recursos, baixados pela Plenária do Conselho.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO**

ART. 19 - Fica criado o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão permanente, autônomo e não jurisdicional.

Parágrafo 1º - Estende-se como natureza funcional, a autonomia do Conselho Tutelar, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabe-lhe tomar decisões e aplicar medidas, sem qualquer interferência externa.

Parágrafo 2º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária, se o pedir quem trata legítimo interesse.

Art. 20 - O Conselho Tutelar será composto de cinco membros, com mandato de três (3) anos, permitida uma reeleição.

Art. 21 - Para cada Conselheiro Tutelar haverá no mínimo um suplente.

Art. 22 - Cabe ao Conselho Tutelar, zelar, em nome da comunidade municipal, pelo atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.



## SEÇÃO II

### DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

Art. 23 - São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 anos;
- III - Residir no Município de Angelina/SC;
- IV - Reconhecida experiência no trato com a defesa ou atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, comprovado mediante declaração;
- V - Instrução escolar com 2º grau completo.

Art. 24 - Todo o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do COMDICA e a fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único - São considerados eleitores para escolher os membros do Conselho Tutelar, o (a) Diretor (a) e dois professores, escolhidos por pares, de cada Escola da Rede Particular, Estadual e Municipal; os Técnicos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Técnicos da Secretaria da Educação, Desporto e Cultura, que exercem função neste Município; dois representantes da APP de cada Escola, Grupos de Idosos, Associação de Moradores, Coordenadoras e duas líderes de cada Comunidade da Pastoral da Saúde; todos devidamente credenciados pela sua Diretoria ou chefia; bem como os membros titulares e suplentes do COMDICA.

Art. 25 - Atendido o disposto nesta Lei, o COMDICA - definirá, por ato próprio, todo o processo de escola, desde o registro das candidaturas, por chapas ou avulsas, forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos e a posse dos mesmos.

Parágrafo 1º - O COMDICA elegerá a Comissão da Escolha dos membros do Conselho Tutelar,

composta de 03 (três) integrantes, que fará afixar edital na portaria do prédio da Prefeitura Municipal e fará publicá-lo em pelo menos um jornal de grande circulação no Município, até, 90 (noventa) dias do pleito, abrindo prazo para a inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local da votação.

Parágrafo 2º - Cabe à Comissão de Escolha organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das Resoluções do COMDICA.

Parágrafo 3º - Os candidatos deverão encaminhar requerimento de inscrição de suas candidaturas junto ao COMDICA, até trinta dias após a publicação do edital de convocação, acompanhado dos documentos comprobatórios dos requisitos de que trata o artigo 23.

Parágrafo 4º - Encerrado o prazo de inscrição o Presidente do COMDICA fará publicar edital no edifício da Prefeitura e na imprensa local com a relação dos inscritos, e declarando aberto o prazo de 10 dias para impugnações a partir da publicação.

Parágrafo 5º - O Presidente da Comissão de Escolha comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca, o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital e a relação dos inscritos, para a fiscalização de que trata o art. 139 do ECA.

Parágrafo 6º - A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança e do adolescente, ou pelo Promotor de Justiça.

Parágrafo 7º - Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa de 05 dias.

Parágrafo 8º - Encerrados os prazos de que tratam os parágrafos anteriores, a Comissão de Escolha analisará, no prazo máximo de 10 dias, os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas se houverem, dando especial atenção aos requisitos dos incisos I e V do artigo 23 desta Lei, mencionando as razões em caso de

indeferimento da inscrição, mandando publicar edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

Parágrafo 9º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato não só em declarações, atestados ou certidões formais, mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos, como documentos, testemunhas, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

Parágrafo 10º - Realizada a eleição, para qual deverá ser convidado o Promotor de Justiça da Comarca, sob pena de nulidade, concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do COMDICA fará publicar Edital no edifício da Prefeitura, com os nomes dos conselheiros e suplentes escolhidos e seus respectivos sufrágios, encaminhando ata dos resultados ao Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 11º - Das decisões da Comissão nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos, cabe recurso ao Plenário do COMDICA.

Parágrafo 12º - Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo e tomarão posse perante este e o COMDICA, entrando em exercício no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

Parágrafo 13º - Os primeiros Conselheiros Tutelares tomarão posse e entrarão no exercício da função até, trinta dias após sua escolha.

### **SEÇÃO III**

#### **DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS**

Art. 26 - O exercício efetivo da função do Conselheiro Tutelar constitui serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral

e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

Art. 27 - O Conselho elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação COMDICA.

Art. 28 - Constar da Lei Orçamentária Municipal, previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

Parágrafo 1º - O COMDICA fixará por resolução, ouvido o Conselho Tutelar, os dias e os horários em que este dará atendimento.

Parágrafo 2º - A atuação do Conselho Tutelar, porém será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, atendendo os casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 30 - As funções de Conselheiro Tutelar poderão ser remuneradas.

Parágrafo 1º - Caso, o volume de trabalho que vier a ser desenvolvido o justifique e havendo solicitação do COMDICA, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fixar, por Decreto, uma remuneração compatível com suas funções.

Parágrafo 2º - Tal remuneração será proporcional à média das horas semanais que se verificarem necessárias ao desempenho das funções, e terá como parâmetro, o piso salarial do Município.

Parágrafo 3º - Tratando-se de agentes públicos, eleitos para mandato temporário, os Conselheiros Tutelares não adquirem, ao termino do seu mandato, qualquer direito a indenizações, nem à efetivação ou estabilidade nos quadros da administração pública municipal.

Parágrafo 4º - Elegendo-se algum funcionário público municipal, considerar-se-ão justificadas as ausências de suas funções efetivas, sempre que estiver a serviço do Conselho Tutelar; e caso seja remunerado o cargo de Conselheiro Tutelar, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo efetivo, vedada, em qualquer hipótese, a acumulação de remuneração de suas funções.

#### **SEÇÃO IV**

##### **DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS**

Art. 31 - Perderá automaticamente o mandato, o Conselheiro Tutelar que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenções, ou que deixar de residir no município de Angelina/SC.

Art. 32 - Poderá, ainda, ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres do seu cargo, apurando-se o fato de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do COMDICA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de dois terços (2/3) do colegiado pleno, facultada ampla defesa.

Art. 33 - Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o COMDICA deverá declarar vago o cargo e convocar a respectivo suplente, no caso de chapas, ou o suplente mais votado, no caso de candidaturas avulsas.

Art. 34 - São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único - Entende-se o impedimento do Conselheiro na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do

Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

### **TÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 35 - No prazo máximo de 90 (*noventa*) dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo nomeará e dará posse aos novos Conselheiros do COMDICA indicados na forma do art. 11, reunindo-se estes, no prazo de 5 (*cinco*) dias, para eleger sua Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro e elaborar seu Regimento Interno.

Art. 36 - Após a posse da nova diretoria do COMDICA, será realizada no prazo máximo de 90 (*noventa dias*) nova eleição para os conselheiros tutelares deste município, de acordo com os termos desta lei.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Revoga-se as Leis Municipais n.ºs. 749/97; 837 e 838 de 2001 e as demais disposições em contrário.

Angelina, 17 de junho de 2004.

AILTON LAUDELINO ANDRADE  
PREFEITO MUNICIPAL